

**O efeito da personalização: um apontamento sobre a retórica da política externa norte-americana de Thomas Jefferson a George W. Bush** | JEFFREY A. ENGEL

*«Chegará o dia em que gritareis por causa do rei que vós mesmos escolhestes – avisou Samuel –, mas o Senhor não vos ouvirá».*

SAMUEL I 8:18

No rescaldo do 11 de Setembro, quando as primeiras horas de horror deram lugar aos primeiros dias de entorpecimento, pouco se sabia acerca dos autores do ataque. Pareciam ter-se materializado a partir do nada, e o seu carácter anónimo acrescentava uma camada suplementar de insegurança à litania de dor dos Estados Unidos da América. As conjecturas abundavam, mas ninguém conhecia as suas identidades. E, sem dúvida, o Presidente também não. Na sua primeira declaração pública, feita uns escassos 40 minutos após o primeiro avião ter atingido a segunda torre do World Trade Center, o Presidente George W. Bush anunciou que tinha «ordenado uma investigação em grande escala para perseguir e encontrar a gente que cometeu este acto». Parecia ser a reacção lógica perante o vertiginoso desenrolar dos acontecimentos. No entanto, a declaração de Bush sublinhava a incerteza desse dia, pois um termo como «a gente» dificilmente pode ser considerado um retrato definitivo dos terroristas internacionais ou dos mais recentes inimigos dos Estados Unidos, mesmo tratando-se de um presidente que não é conhecido pela sua exactidão verbal. Infelizmente, era a melhor tentativa que se podia fazer no dia 11 de Setembro para designar com precisão os atacantes, uma vez que aos Estados Unidos não faltam inimigos no início do século XXI. Com efeito, quando as primeiras investigações deram origem a uma lista aparentemente interminável de potenciais suspeitos, os *cartoons* políticos (que são sempre excelentes barómetros dos sentimentos populares) publicados nos dias seguintes mostravam-nos molduras vazias com a legenda «O inimigo»; ou fantasmas sombrios e sem rosto, pairando a grande altitude sobre uma Manhattan esventrada por uma cratera; ou então crianças norte-americanas com ar de querubins a perguntar «E agora, quem é que nós odiamos?» Ninguém sabia ao certo a resposta<sup>2</sup>.

À falta de um inimigo identificável, a maior parte dos comentadores norte-americanos procurou refugiar-se do desconhecido traçando analogias simplistas com o ataque a Pearl Harbor, ocorrido 60 anos antes. Poucas vezes se viu a palavra «infâmia» ser usada com tanta frequência pelos gurus contemporâneos. Contudo, até essa referência histórica se revelava insatisfatória, porque não obstante ser útil para explicar o sentimento de choque dos Estados Unidos face ao ataque-surpresa – e, ao mesmo tempo, reconfortante tendo em conta a vitória esmagadora da América sobre o Japão na Segunda Guerra Mundial – os acontecimentos de Pearl Harbor e de 11 de Setembro oferecem-nos um contraste inevitável. Apesar dos complexos planos para esconder a sua localização e as suas intenções estratégicas nas semanas que precederam o ataque-surpresa à base do Havai, a Marinha japonesa não fez qualquer esforço para mascarar a sua identidade quando o assalto começou. Como um marinheiro norte-americano recordava: «com aqueles grandes círculos vermelhos [nas asas dos aviões], não foi preciso muito tempo para percebermos o que se estava a passar». Os atacantes do 11 de Setembro não forneceram pistas assim tão óbvias. Nenhum grupo terrorista conhecido reivindicou o atentado, e mesmo na actualidade muitas das famílias dos que foram identificados como piratas do ar recusaram-se a aceitar o envolvimento dos seus filhos nos ataques. Um cartoonista captou de forma perfeita a imprecisão resultante de uma comparação entre o dia de terror de 1941 e o de 2001 ao desenhar um avião militar da Segunda Guerra Mundial – afastando-se do alvo que acabou de bombardear – sobre as Torres Gémeas, que se desmoronam rapidamente. As bolas de fumo que emanam dos edifícios moribundos coincidem exactamente com as nuvens escuras que se vêem na mais famosa imagem do *Arizona*, o vaso de guerra destruído, minutos antes da explosão que o levaria (com centenas de elementos da tripulação) à sua sepultura submarina. A analogia parecia perfeita. Mas no lugar da fuselagem do avião, onde estaria o círculo vermelho da marinha imperial se o desenho fosse de 1941, vê-se um ponto de interrogação desenhado sobre uma almôndega preta. A cobertura de vidro do *cockpit* e os fiapos de fumo

encobrem a identidade do piloto, o que nos dá um exemplo simbólico da pergunta que dominou quase todos os debates no rescaldo imediato do ataque de 11 de Setembro: «Quem foi o culpado? Quem é o novo inimigo da América?»<sup>3</sup>.

Agora já sabemos a resposta. Dado o seu ódio bem documentado contra todas as coisas americanas, os seus recursos impressionantes e os seus anteriores ataques a alvos norte-americanos na África e no golfo Pérsico, não passou muito tempo até que Washington acusasse Osama bin Laden de ter orquestrado os massacres de Setembro. No entanto, por mais importante que esta conclusão se tenha revelado, igualmente significativa foi a rapidez com que a Administração Bush a anunciou. Por exemplo, três dias depois do ataque, o secretário de Estado Colin Powell disse aos jornalistas que ainda não estava pronto para nomear um suspeito. «Mas ao examinarmos as organizações terroristas com a sofisticação necessária para dirigir uma série de ataques deste género», continuou Powell, «teríamos de indicar o nome de Osama bin Laden». No dia seguinte, apesar de ter acabado de ouvir Colin Powell (sentado ao seu lado) afirmar que o Governo ainda tinha de «determinar quem são os autores do ataque», o Presidente Bush mostrou-se menos evasivo. «Havemos de encontrar os responsáveis; obrigá-los-emos a sair dos seus covis; persegui-los-emos e levá-los-emos perante a justiça», declarou Bush entre os seus comentários previamente preparados e propositadamente vagos. No entanto, numa resposta espontânea a uma pergunta de um jornalista, o Presidente declarou que Bin Laden era «o principal suspeito». Não havia «quaisquer dúvidas» de que o saudita era o culpado, disse Bush, e «se ele pensa que pode esconder-se e escapar aos Estados Unidos e aos nossos aliados, está redondamente enganado». O «ele» da declaração de Bush não era uma organização nem uma nação; era Osama bin Laden. Dois dias mais tarde surgia a declaração do Presidente, que entretanto se tornou famosa: «Lembro-me de que quando eu era miúdo costumavam pendurar cartazes de “Procura-se” no velho Oeste. Os cartazes diziam “Procura-se. Vivo ou morto”. Tudo o que eu quero e o que a América quer é que ele [Bin Laden] seja levado perante a

justiça. É isso que nós queremos». Assim, menos de uma semana depois dos ataques de 11 de Setembro, o Presidente já tinha nomeado o seu inimigo. «A gente» tinha-se tornado Osama bin Laden, e sobre a sua captura – quer fosse «vivo ou morto» – repousava o êxito da mais recente guerra dos Estados Unidos<sup>4</sup>.

Este ensaio não é sobre Bin Laden. Não é, sequer, sobre a guerra contra o terror por si só. Em vez disso, propomo-nos examinar um pequeno aspecto do discurso retórico da política externa norte-americana, nomeadamente a forma como a Administração Bush, ao lançar as culpas pelo ataque de 11 de Setembro e pela guerra que se lhe seguiria sobre um só homem, seguiu um padrão da diplomacia norte-americana que remonta à própria fundação do país. Simplificando, os governantes norte-americanos personalizaram frequentemente os inimigos externos da nação, designando um homem como sendo o seu adversário externo, independentemente da dimensão dos conflitos.

### **Um estilo retórico com *pedigree***

Desde os tempos do Congresso Continental, os políticos com poder de decisão, e em especial os presidentes norte-americanos, têm identificado as ameaças externas com tiranos isolados e não com países, com homens malévolos apresentados como líderes ilegítimos de massas oprimidas. Em contrapartida, mesmo que essas massas fossem acérrimas defensores dos rostos do mal, elas têm sido sistematicamente retratadas como vítimas de líderes tirânicos, e a sua libertação deverá mobilizar os esforços da América. Era esse o caso em 1776, e a situação não se modificou em relação aos dias de hoje. É esta a lógica que subjaz às declarações norte-americanas de amizade e de boa vontade para com as populações estrangeiras, mesmo quando os militares dos EUA bombardeiam as suas casas, destroem as suas cidades e matam os seus compatriotas. «Os Estados Unidos respeitam o povo do Afeganistão», declarou Bush ao anunciar os ataques contra esse país, mas «condenamos os talibãs» e o seu parceiro no mal, Osama bin Laden. «Lutaremos contra o Mal com uma justiça resoluto», disse o

**O efeito da personalização: um apontamento sobre a retórica da política externa norte-americana de Thomas Jefferson a George W. Bush** | JEFFREY A. ENGEL

Presidente; «responderemos ao seu ódio com compaixão pelo povo afegão»<sup>5</sup>.

Esta tendência norte-americana tem um passado longo e bem documentado. Oitenta e quatro anos antes de Bush ter declarado a sua solidariedade para com os afegãos oprimidos, o Presidente Woodrow Wilson disse exactamente o mesmo. «Não temos qualquer conflito com o povo alemão», anunciou o Presidente em 1917, quando solicitava ao Congresso a declaração de guerra à Alemanha. «O povo alemão não instigou o seu Governo» a desencadear a Primeira Guerra Mundial. Uma geração depois, enfrentando a sua própria ameaça teutónica, o Presidente Franklin D. Roosevelt usou sensivelmente as mesmas palavras. «Há um estado de guerra entre o Governo da Alemanha», disse Roosevelt, «e o Governo e o povo dos Estados Unidos». Meio século mais tarde, era a vez do primeiro Presidente Bush: «Não temos qualquer conflito com o povo do Iraque», declarou o Presidente, «o nosso único objectivo é opormo-nos à invasão ordenada por Saddam Hussein». O mesmo Saddam Hussein, que «usou gás venenoso contra os homens, as mulheres e as crianças do Iraque», afirmou Bush; o mesmo Saddam Hussein que encabeça um regime que «se opõe a todo o mundo e aos interesses do povo iraquiano». Durante o mandato de Bill Clinton, apenas mudaram as palavras. «Não posso deixar de sublinhar que os Estados Unidos não têm qualquer conflito com o povo sérvio», declarou Clinton. As bombas da NATO, declarou Clinton, estavam apenas apontadas contra Slobodan Milosevic e os seus sequazes. Eram eles os culpados pela guerra no Kosovo. E, mais importante ainda, eram eles – e não Washington, Londres ou Paris – os responsáveis pela miséria na Jugoslávia, mesmo que se tenha provado que essa miséria foi o resultado directo das bombas lançadas na sequência das ordens de Washington, Londres ou Paris<sup>6</sup>.

Se tomarmos à letra o que os presidentes disseram, no século XX, os Estados Unidos estiveram em guerra contra apenas cinco homens e contra os governos corruptos por eles dirigidos: o *Kaiser* Guilherme II e Adolf Hitler, Saddam Hussein, Milosevic, e agora Bin Laden e os talibãs.

**O efeito da personalização: um apontamento sobre a retórica da política externa norte-americana de Thomas Jefferson a George W. Bush** | JEFFREY A. ENGEL

Acrescentando-lhes Manuel Noriega, do Panamá, juntamente com Josef Stalin, Fidel Castro e Ho Chi Minh, famosos durante a Guerra Fria, veremos que os governantes dos Estados Unidos retrataram constantemente as suas dificuldades no estrangeiro não como disputas geopolíticas ou como competições estratégicas (à excepção do Japão, durante a Segunda Guerra Mundial, exemplo que será analisado mais adiante), mas como a culpa de grandes e pequenos déspotas que desencadearam guerras de agressão contra a vontade dos respectivos povos. Numa palavra, esses líderes não eram representativos do seu povo. Abusaram do Poder que lhes foi confiado pelos seus eleitores; um poder que deveria servir para melhorar as condições de vida e não para procurarem o seu lucro pessoal ou para darem origem a guerras de ocupação e de agressão cruéis. Como o Presidente Bush pai declarou em 1989, «os Panamianos querem a democracia, a paz e uma oportunidade de terem melhores condições de vida». O único obstáculo era Noriega, e, como conclusão lógica destas premissas, só os Estados Unidos podiam libertá-los<sup>7</sup>.

Mas libertá-los de quê, senão de si próprios? Apesar de a argumentação retórica tentar mostrar o contrário, todos os inimigos dos Estados Unidos no século xx (o *Kaiser* Guilherme II; Hitler, Stalin, Ho Chi Minh, Noriega, Milosevic e até Hussein) eram, na verdade, os líderes legítimos e reconhecidos dos seus países no momento do conflito com Washington, de acordo com os critérios aplicáveis do direito internacional. Além disso, qualquer um deles podia reivindicar o apoio da maioria do seu povo. Apesar de nunca ter sido candidato em eleições nacionais, Guilherme II dirigia uma nação determinada que levou o seu exército a poucas milhas de Paris, aproximando-o da vitória na Primeira Guerra Mundial. De 1933 até aos últimos meses da Segunda Guerra Mundial, grandes multidões aplaudiam continuamente o *Führer* e o seu regime nazi, sem darem mostras de que o seu entusiasmo fosse estimulado por qualquer forma de coacção. De facto, embora se possa discutir a influência da propaganda e das informações distorcidas nos corações e nas mentes dos cidadãos alemães, a verdade é que Hitler e o seu Governo desfrutaram de um significativo apoio popular

**O efeito da personalização: um apontamento sobre a retórica da política externa norte-americana de Thomas Jefferson a George W. Bush** | JEFFREY A. ENGEL

até aos últimos dias da guerra. Ho Chi Minh é até hoje uma das personalidades mais acarinhadas da história moderna vietnamita. E embora não se possa dizer o mesmo de Stalin, nos seus primeiros tempos nenhum comentador sensato teria sugerido que o déspota soviético era um usurpador do trono do Kremlin. Com efeito, se o apoio popular servir de bitola para a legitimidade, até o próprio Milosevic – o mesmo homem que agora enfrenta um julgamento em Haia por crimes contra a humanidade – poderia reivindicar algo que nem o Presidente Bush nem sequer Bill Clinton, em virtude das peculiaridades do sistema eleitoral americano, poderiam afirmar: o facto de ter sido eleito com o apoio da maioria dos seus cidadãos.

Porquê, então, esta determinação norte-americana em retratar os seus inimigos internacionais como indivíduos e não como nações, em retratar os seus governos simultaneamente como ilícitos e ilegítimos? A resposta inicial assenta na própria fundação dos Estados Unidos enquanto rejeição da instituição monárquica, embora haja aqui muito mais em jogo do que uma simples animosidade em relação à hereditariedade dos cargos governativos. Para o pensamento político norte-americano emergente do período da revolução, é fundamental a ideia de que a legitimidade política resulta mais do que se faz no exercício de funções de um cargo do que pelo simples facto de se ocupar esse cargo; tal como é fundamental o facto de os governantes legítimos poderem tornar-se inaptos para governar se as suas acções constituírem uma ameaça para as liberdades e o bem-estar dos seus eleitores. Este conceito encontra-se no cerne da ideologia republicana, tão acarinhada pelos principais pensadores da geração fundadora: um republicanismo que remonta às histórias lidas vezes sem conta da luta helénica pela liberdade contra o impulso tirânico do rei Xerxes da Pérsia ocorrido quase dois milénios antes, e um republicanismo fortemente influenciado pelo argumento de John Locke segundo o qual os governos eram fundamentalmente investidos com o objectivo de assegurar os direitos, salvaguardar a propriedade e promover a estabilidade, caso

contrário, a sociedade poderia deslizar para uma situação de anarquia generalizada<sup>8</sup>.

A Grécia clássica proporcionou uma bússola moral ao sugerir que o governo da Pólis superava as vantagens do poder investido num só líder, mas a geração fundadora dos Estados Unidos da América herdou de Locke, da recente história das guerras civis inglesas e dos filósofos políticos da época a ideia de que a existência de um governo em funções, independentemente do seu modelo, não punha fim por si só ao debate político nem aos conflitos sociais. Se assim fosse, seria muito fácil. Pelo contrário, sempre houve uma luta inerente pelo Poder entre diferentes sectores da sociedade, mesmo durante os governos mais estáveis e de maior longevidade, uma luta cujos competidores são, entre outros, detentores de cargos, donos de propriedades e gente comum. Faz parte da natureza humana o facto de os mais pequenos desejarem aumentar a sua influência; ou de até os reis desejarem tornar-se onipotentes. Uma vez que o próprio Poder é finito, os ganhos têm necessariamente de ser contrabalançados com uma perda correspondente – ou seja, de liberdade – por parte de outro segmento da população. Este receio de um poder usurpador está no centro do republicanismo da Revolução Americana, explicando em parte, por exemplo, a antipatia americana, frequente entre a população civil, perante os exércitos permanentes, devido à oportunidade que as forças militares disponíveis e não controladas oferecem aos déspotas desejosos de coarctar as liberdades do povo. Vários teóricos, desde Aristóteles até Locke, argumentaram que a virtude do bom governo oferecia a melhor garantia contra o abuso de poder. No entanto, uma vez que a verdadeira virtude era tão difícil de encontrar naquela época como hoje em dia, o excesso de confiança em líderes virtuosos constituía, na melhor das hipóteses, um paliativo a curto prazo e, no pior dos casos, uma maldição. Mas para assegurar a liberdade e garantir uma protecção contra as consequências do abuso de poder, é necessário impor limites aos governantes, sejam eles as leis de Locke, declarações claras de definição de liberdades, como a



Declaração de Direitos inglesa de 1689, ou os famosos *checks and balances* que mais tarde constituiriam o cerne da Constituição Americana de 1787<sup>9</sup>.

No entanto, uma geração antes de a Constituição Americana ter sido escrita e ratificada, o receio da natureza abusiva do Poder deu voz à crença, muito difundida na década de 1760 e no início do decénio seguinte, de que havia conspiradores por toda a Inglaterra empenhados em aumentar o seu poder à custa das liberdades norte-americanas. A Declaração dos Direitos inglesa não abrangia explicitamente os colonos e, desta forma, nenhuma lei parecia protegê-los das investidas sorrateiras do poder despótico. Com efeito, uma sucessão de escritores proto-revolucionários dos dois lados do Atlântico afirmava que a própria Coroa britânica se tinha tornado uma vítima das aspirações de poder de um punhado de conspiradores, de ministros malévolos que estavam empenhados em esmagar a liberdade nas colónias e na sua pátria em proveito próprio. Tal como disse um panfletário norte-americano no início da década de 1770 «a causa de tudo o que aflige o povo na Inglaterra e na América» foi «uma espécie de quarto poder de que a Constituição [inglesa] não sabe nada e contra o qual nada fez para se precaver». Era um «poder arbitrário dominante, que controlava completamente o Rei, os Lordes e os Comuns». À medida que a década de 1770 se abeirava do fim, o receio destes conluios pouco definidos penetrou nos círculos norte-americanos – um receio paranóico de que as liberdades norte-americanas pudessem ser ameaçadas por um punhado de conspiradores poderosos, mas invisíveis<sup>10</sup>.

### **A fórmula de Jefferson**

O que começou como um sentimento de desconfiança em relação à autoridade britânica rapidamente se transformou numa teoria revolucionária, e os contributos que os pensadores norte-americanos, com Thomas Jefferson à cabeça, deram ao republicanismo contemporâneo influenciou profundamente, desde então, a diplomacia norte-americana. Jefferson conta-se entre os primeiros a oferecer aos ideólogos da espiral conspirativa da época um ponto focal para a sua animosidade, um ponto

**O efeito da personalização: um apontamento sobre a retórica da política externa norte-americana de Thomas Jefferson a George W. Bush** | JEFFREY A. ENGEL

focal dotado de um rosto humano. Em 1774, dois anos antes de ter redigido a Declaração da Independência, Jefferson escreveu um panfleto intitulado *A Summary View of the Rights of British America*. O seu influente ensaio rejeitava quaisquer direitos divinos dos reis, e embora este argumento não constituísse uma novidade por si só, o alvo da raiva de Jefferson não deixava de o ser. Se os autores anteriores a Jefferson consideravam que as principais ameaças às liberdades da América eram os grupos de conspiradores anónimos, o tal «poder arbitrário sem nome» já sugerido, Jefferson, por seu turno, culpava especificamente o rei. Segundo escreveu Jefferson, Jorge III era simplesmente «o chefe em funções do povo, nomeado de acordo com as leis, e com poderes definidos para prestar assistência ao funcionamento da grande máquina do Governo erigida para uso do povo». O rei não conseguiu fazer funcionar correctamente a máquina do Governo, e o falhanço foi exclusivamente seu e não de «ministros maléficos» – era essa a causa do sofrimento colonial. Jefferson acusa-o de ter dissolvido, ilegalmente, as assembleias coloniais. Tinha mandado tropas para reprimir os seus súbditos; tinha limitado a imigração de forma artificial; tinha, inclusive, permitido a extensão do escravagismo. Em resumo, Jefferson argumentava, em 1774, que Jorge III se havia revelado inapto para governar ao não conseguir exercer o seu cargo dentro da legalidade, ao rejeitar a vontade do povo, e ao utilizar o seu poder contra os direitos legítimos dos seus súbditos. Um século antes, Locke tinha afirmado que um Governo que não quisesse ou que fosse incapaz de ir ao encontro das necessidades do seu povo era um Governo passível de ser afastado das suas funções. Num apelo à reconciliação entre o rei e os seus súbditos americanos – e o ensaio *A Summary View* era explicitamente esse apelo a favor da amizade anglo-americana –, Jefferson lança a acusação de que a culpa de todos os padecimentos da liberdade americana poderia ser atirada contra o rei. Era responsabilidade do rei modificar esta situação e corrigir as relações com os seus súbditos americanos<sup>11</sup>.

Esta mesma lógica encontra-se inscrita na Declaração da Independência (1776), o documento escrito à pressa que desde então se tornou uma

declaração sagrada de fé para os ideólogos e políticos norte-americanos. Nela, Jefferson expunha uma litania de mais de 80 delitos e transgressões reais contra as liberdades americanas, sendo cada um deles da culpa exclusiva do monarca, e podendo ser cada um deles causa suficiente para revogar o seu direito a governar os colonos americanos. Esses delitos constituíam o «longo rol de abusos e usurpações» cujo propósito era reduzir a vida americana a um estado de «absoluto despotismo» e, como tal, justificaram a revolta americana. «A história do actual rei da Grã-Bretanha», dizia a Declaração, «é uma história de repetidas ofensas e usurpações, todas elas com o objectivo directo de estabelecer uma tirania absoluta nestes estados». A conclusão: a revolução era o único recurso contra esta tirania. De facto, por muito críticas que estas palavras fossem, o rascunho final deste documento histórico elaborado por Jefferson – antes de enfrentar o afiado bisturi editorial do Congresso – transmitia este ponto de vista com ainda maior fulgor retórico. «As gerações futuras dificilmente acreditarão», escrevia Jefferson, «como a ousadia de um só homem pôde, num curto lapso de 12 anos, ter construído uma fundação, tão grande e tão descarada, destinada a tiranizar um povo criado e orientado por princípios de liberdade». Esse «um só homem» era, claro está, Jorge III, e como resultado do seu mau Governo nasceu uma nação fundada para experimentar a governação republicana<sup>12</sup>.

O que vimos até agora na nossa breve revisão do republicanismo, de Locke e da linguagem da Declaração de Independência de 1776, deveria ser familiar para qualquer estudante de História Americana. Mas o caso pode não ser necessariamente o mesmo para o assunto que se segue. O contributo intelectual de Jefferson para a ideologia da Revolução Americana foi tão brilhante do ponto de vista político quanto significativo no âmbito filosófico. Ao nomear Jorge III como único inimigo da liberdade, Jefferson retirou o povo inglês do pensamento dos que poderiam eventualmente questionar a validade da sua guerra: os próprios concidadãos com quem a América queria romper. Como é óbvio, não é fácil matar, mesmo no fervor da batalha. E é ainda mais difícil combater contra os nossos irmãos, mesmo

numa luta pela liberdade. Ao optar por identificar o inimigo da América não como os Ingleses, mas como o seu rei – «ele saqueou os mares», «ele pilhou as nossas costas», «ele queimou as nossas povoações e destruiu as vidas das nossas gentes» –, Jefferson encontrou uma forma de apelar ao povo americano a pegar em armas sem o estigma do fratricídio. As balas disparadas em nome da liberdade eram apontadas ao rei, e mesmo que encontrassem o seu alvo no peito dos seus súbditos leais ou dos seus sequazes pagos, nenhum deles podia ser culpado pelas maquinações do seu déspota. A Declaração de Jefferson acusava o povo inglês de ter repetidamente ignorado os pedidos de auxílio americanos, mas embora aqueles se tenham mostrado passivos perante a tirania, não eram os causadores do sofrimento americano. Estavam apenas «surdos» aos pedidos americanos de liberdade, e cegos perante a maldade do homem a quem Jefferson chamou «um príncipe cujo carácter é marcado por cada acção que pode definir um tirano, inapto para ser o governante de um povo livre»<sup>13</sup>.

Identificar Jorge III como o único responsável pela cisão anglo-americana tornou mais fácil aos colonos americanos lutarem na Guerra da Revolução, e não restam dúvidas de que a Declaração foi forjada como uma ferramenta política interna, feita para ser lida, estudada e ouvida tanto por amigos como por inimigos em todas as colónias. Não se tratava de um tratado filosófico ao estilo dos de Locke ou de Hume, escritos para os mais ilustrados do Iluminismo. Em vez disso, pretendia congregiar o apoio popular. O Congresso Continental ordenou que a Declaração fosse lida em voz alta em todas as colónias e a todos os conscritos do Exército Continental. E de facto, os académicos que estudam o documento reparam nas incitações oratórias espalhadas ao longo da cópia original, com pistas dramatúrgicas para os oradores incumbidos de espalhar a mensagem histórica do Congresso. Segundo a historiadora Pauline Maier, o tom universalista da Declaração, com expressões como «poderes da Terra» e «no decurso dos acontecimentos humanos», proporcionava «algum consolo para os soldados cuja parca capacidade de visão sugeria que tinham sido

**O efeito da personalização: um apontamento sobre a retórica da política externa norte-americana de Thomas Jefferson a George W. Bush** | JEFFREY A. ENGEL

apanhados num esforço de defesa sujo e difícil, com armas, munições e comida insuficientes, e que seriam, em breve, lançados contra o exército e a frota mais impressionantes que alguma vez tinham visto». Nesta vertente, a Declaração parece ter resultado. Efigies queimadas do rei ganharam uma nova acutilância depois de Julho de 1776. Se outrora eram símbolos da oposição à opressão real, agora representavam a causa principal, o ponto focal absoluto, o homem responsável pela guerra que estava em turbilhão por todo o lado. Assim, na própria fundação do país reside a primeira instância do nosso efeito de personificação, a primeira ocasião em que um inimigo da América foi descrito como um tirano maléfico, pelo simples motivo de uma formulação feita nestes termos ter permitido justificar mais facilmente a Guerra Revolucionária e levá-la por diante<sup>14</sup>.

Esta descrição rapidamente se tornou um precedente na diplomacia americana, que se prolongou até aos nossos dias. A formulação de Jefferson patente na Declaração da Independência não só apresentava uma justificação para a guerra, como veio providenciar uma declaração implícita para o que viria a ser, a seu tempo, uma das crenças nucleares da diplomacia americana: que um povo governado democraticamente escolhe a paz e que são os ditadores que o forçam a fazer a guerra. A ideia é quase universalmente defendida nos nossos dias. «As democracias não se atacam entre si», anunciou o Presidente Bill Clinton perante uma sessão conjunta do Congresso em 1997, e particularmente na era do pós-Guerra Fria, a «teoria da paz democrática» continua a ser aquilo que mais se assemelha a uma doutrina de fé na moderna teoria das relações internacionais. Simplificando, é um fenómeno transformado em teoria que admite raríssimas excepções: nunca na época moderna duas democracias entraram em guerra entre si. Nos últimos anos, desenvolveu-se mesmo uma indústria à parte na ciência política que procura explicar as razões por que este fenómeno ocorre, embora pouca gente debata com seriedade a verdade inerente à premissa de que os regimes democráticos não se guerreiam<sup>15</sup>.

O que se tornou uma doutrina de fé no século XXI foi pelo menos uma crença alargada, embora não comprovável, no século XVIII. A ideia de que as repúblicas eram por natureza mais pacíficas do que os regimes monárquicos autoritários estava implícita na Declaração, onde palavras como «tirania» e «príncipe» eram usadas em conjunto com «barbaridade», «guerra» e «invasão». Isto seria mais tarde afirmado de forma explícita por John Jay no quarto dos *Federalist Papers*, os panfletos pró-Constituição compostos por Jay, Alexander Hamilton e James Madison em 1787. «Frequentemente, os monarcas absolutos fazem a guerra em situações em que as suas nações não têm nada a ganhar com isso, mas por razões e objectivos meramente pessoais», escreveu Jay, «tais como a sede de glória militar, vinganças por afrontas pessoais, ambição ou acordos privados para engrandecer ou apoiar os seus familiares ou partidários». Envolvem-se em guerras que «não são validadas pela justiça, nem pela voz ou interesses do seu povo». Dirigidas por essa *vox populi*, as repúblicas tendem conseqüentemente para a quietude, ou, pelo menos, para se envolverem apenas em guerras verdadeiramente justificáveis à luz do interesse nacional. O facto de ser o próprio povo – os decisores finais numa república – a suportar os custos e o sofrimento da conquista e da derrota militar explica porquê. A declaração mais explícita e mais bem conhecida desta teoria foi feita, pouco depois da reflexão federalista de Jay, por Immanuel Kant, cuja composição de 1795, *A Paz Perpétua*, articulava uma condenação retumbante do Governo autoritário, e lançava a perspectiva de um futuro pacífico em que o Governo republicano se tornaria a norma universal. O escrito de Kant ilustra bem o espírito de Governo republicano que atravessou o final do século XVIII, especialmente depois do processo inicial da Revolução Francesa. «Se o consentimento dos cidadãos for necessário para determinar se haverá ou não guerra», escreveu Kant, «é natural que eles considerem todas as suas calamidades antes de se empenharem num jogo tão arriscado». Assim, as repúblicas teriam menos probabilidades de entrar em guerra, ao passo que, por contraste, os monarcas e os déspotas estavam naturalmente livres de constrangimentos que os refreassem nos

seus impulsos militaristas. Para «o dono da nação», explicava Kant, a guerra era apenas «uma espécie de festa para seu desfrute», afastada do sofrimento dos seus participantes<sup>16</sup>.

Os líderes americanos até culpavam os tiranos pelos dolorosos falhanços do Governo democrático onipotente, nomeadamente quando as exclamações de alegria pelo nascimento de um Governo republicano em França após a Revolução de 1789 se transformaram em horror perante a deriva totalitária dos governos da Convenção. Pensadores americanos de quase todas as orientações políticas, tanto republicanos como federalistas, defendiam que as causas do problema francês foram as maléficas maquinações de um punhado de déspotas, e não os desmandos cometidos em nome do povo. «Tenho tanta confiança no bom senso do homem e nas suas capacidades para o autogoverno», escreveu Jefferson, em Paris, em Agosto de 1789, «que nunca receio um assunto em que a razão tenha a liberdade de usar a sua força». Mas quando o «bom senso» humano começou a proceder a execuções sumárias em praça pública, parecia claro que a razão não tinha a liberdade para usar a sua força, e que havia que condenar um novo tipo de tirania. «Homens perversos e manhosos, cujo elemento era a confusão», tinham assumido o controlo desacreditando a Revolução, concluiu George Washington. Até o pró-revolucionário Jefferson (que tinha uma vez sublinhado que um povo «difícilmente poderia esperar passar do despotismo para a liberdade num mar de rosas») admitiria no fim da vida que o que tinha esmagado a liberdade em França tinha sido «a tirania sangrenta e sem escrúpulos de Robespierre e a tirania de Bonaparte, igualmente furiosa e sem escrúpulos». De acordo com a mundividência norte-americana, a culpa não era do povo ou do sistema democrático de Governo, mas sim de tiranos natos ou criados (Robespierre, Bonaparte ou «homens perversos e manhosos») que eram responsáveis pelas guerras, pelo terror e pelos abusos contra a liberdade<sup>17</sup>.

Pelo contrário, as verdadeiras repúblicas, as que preservavam o poder do Governo popular – ou que pelo menos a isso aspiravam –, seriam para sempre aliadas contra o Governo perverso da minoria, e os líderes



**O efeito da personalização: um apontamento sobre a retórica da política externa norte-americana de Thomas Jefferson a George W. Bush** | JEFFREY A. ENGEL

americanos ao longo dos séculos XIX e XX prometeram o seu permanente apoio moral e a sua fidelidade sem falhas aos movimentos democráticos por todo o mundo. A força moral destas promessas triunfou, inclusive sobre considerações estratégicas de curto prazo. Como Jefferson escreveu, mesmo depois da queda de Napoleão, «eu não ofereceria à aliança dos reis o espectáculo das duas únicas repúblicas existentes a destruírem-se mutuamente». Os seus sentimentos tiveram réplicas ao longo de todo o século, levando um legislador americano em 1892 (ao opor-se a uma declaração de guerra contra o Chile) a declarar que «a guerra... é só o último recurso. Especialmente quando se trata de fazer a guerra contra uma república como a nossa, sequiosa de liberdade, desejando manter a liberdade constitucional, procurando progredir através dessa liberdade». Este conceito, a que chamaremos *jeffersoniano* para servir os nossos propósitos – a ideia de que os tiranos causam a guerra e de que as repúblicas são pacíficas por natureza –, encontra-se sempre presente, mesmo que num estado latente, na diplomacia norte-americana durante uns bons cem anos, sobretudo porque as guerras americanas do século XIX não foram, pelo menos no plano retórico, guerras feitas contra inimigos estrangeiros, mas, fundamentalmente, as guerras do *Destino Manifesto* e da expansão. Os líderes americanos não precisaram de personalizar inimigos estrangeiros, já que, de acordo com esta lógica, era um dever e um direito do seu país expandir-se para terras desocupadas, detidas (quando era o caso) por povos não organizados e não por governos legítimos. A própria Guerra Civil nunca foi vista como um ataque contra uma ameaça externa. Em vez disso, ambos os lados encaravam o seu esforço de guerra como uma luta para fazer cumprir a grande promessa da Revolução de 1776, já que todos lutaram para ganhar a liberdade prometida pelos seus antepassados, uma liberdade que se encontrava em risco pela acção de inimigos no interior e não por causa de déspotas no estrangeiro. Abraham Lincoln foi vilipendiado na Confederação, tal como os líderes da União criticaram duramente Jefferson Davis, mas nenhum dos dois foi retratado como se fosse a causa única e directa do conflito<sup>18</sup>.



A predilecção americana pelo Governo democrático sobreviveu inclusive ao primeiro impulso imperialista do país depois das conquistas de 1898 (Filipinas, Porto Rico, Guam). A geopolítica, as estratégias, os compromissos políticos podem ir e vir, mas a fé americana no Governo republicano e a animosidade americana contra a tirania subjazem à própria fundação do país. O povo russo lutou pelo «autogoverno e pela liberdade ordeira», declarou o Presidente Theodore Roosevelt em 1905, quando aquele protagonizava a última revolução sem sucesso contra «um despotismo suportado por uma burocracia corrupta e, em boa parte, incapaz». Woodrow Wilson não o teria dito melhor. Neste aspecto (pelo menos), Wilson e o seu rival Roosevelt usaram um vocabulário comum. Wilson chegou à Casa Branca convencido dos laços americanos com os governos republicanos e, mais importante ainda, convencido dos laços americanos com as populações ansiosas de se governarem a si próprias. Os Estados Unidos sentiram um «desejo de ajudar a China», declarou ele em 1913, ao mesmo tempo que esperava que o seu país se pudesse mostrar «amigo e exemplar» para o povo chinês – e não para o seu Governo – na sua luta pela «liberdade por que têm ansiado tanto e pela qual se têm vindo a preparar»<sup>19</sup>.

### **A cruzada moral de Wilson**

A Primeira Guerra Mundial modificaria o ponto de vista de Wilson e faria dele a origem primordial da segunda metade do efeito da personificação na diplomacia norte-americana: o empenho em aliar-se a povos estrangeiros contra o despotismo e, também, o de ajudá-los a libertarem-se do despotismo. Wilson recorreu largamente à retórica jeffersoniana para justificar a entrada do seu país na Grande Guerra, enquadrando a beligerância norte-americana no âmbito não de uma luta contra o povo alemão, mas contra a maldade militarista do Governo alemão e do seu *Kaiser* autocrático. Os Estados Unidos lutaram «pelo direito daqueles que se submetem à autoridade para terem uma voz activa no seu Governo», disse Wilson ao Congresso, «pelos direitos e liberdades das nações livres, por um

domínio universal de um concerto de povos livres que trará a paz e a segurança a todas as nações e fará com que o mundo seja por fim livre». Em resumo, Wilson utilizou a ideologia de Jefferson para justificar o seu desejo de democratizar o mundo, pois, tal como Jefferson fizera, Wilson fazia equivaler tiranos e guerra, democracias e paz, não deixando margem para dúvidas acerca do campo em que situava o seu país<sup>20</sup>.

No entanto, Wilson adoptou uma tonalidade jeffersoniana não só para obter uma caução ideológica, não só para que constasse do registo da história (uma preocupação essencial para um presidente com formação de historiador), mas porque esta retórica era também uma boa política. Tal como o Congresso Continental, que teve de debater-se com a ameaça de uma guerra fratricida entre homens de origem inglesa, também Wilson enfrentou a perspectiva de lutar contra a Alemanha, numa época em que, segundo o gabinete de recenseamento dos Estados Unidos, mais de cinco milhões de americanos tinham nascido na Alemanha ou numa das potências centrais! Não podemos esquecer que os Estados Unidos são uma nação de imigrantes, facto que nunca foi tão verdadeiro como nas primeiras décadas do século xx, quando grandes vagas de imigração haviam criado um país onde por volta de 1913 cerca de uma em cada três pessoas tinha nascido no estrangeiro ou era filha de estrangeiros. De facto, enquanto o inglês era a língua dos presidentes e dos políticos nacionais, faixas inteiras do país, no Missouri, no Ohio e em particular na Pensilvânia, eram tão predominantemente alemãs, mesmo na época da Primeira Guerra Mundial, que mal se pronunciava uma palavra em inglês. Esta foi a grande época do «hífen-ismo» na história americana, quando os políticos debatiam como nunca o impacte de germano-americanos, de eslavo-americanos, de polacos e croatas e italo-americanos na coesão nacional. Wilson e os seus conselheiros estavam particularmente preocupados com o potencial de perturbação social que estes americanos «hifenizados», altamente conscientes das suas identidades étnicas, poderiam representar. O Presidente preocupava-se com o facto de muitos dos seus cidadãos, em virtude do seu nascimento ou das suas origens no estrangeiro, poderem,

num momento de crise, escolher alinhar com os seus países de origem em detrimento da sua nova pátria. «Esses elementos de paixão, deslealdade e anarquia devem ser esmagados», disse o Presidente, caso a beligerância americana viesse a ser uma realidade<sup>21</sup>.

Aqui reside o maior obstáculo de Wilson para a participação norte-americana na guerra. Até os americanos mais leais sentiam repúdio em pegar em armas contra os seus antepassados e os seus antigos compatriotas. Mas Wilson sabia bem que a forma mais eficaz de estimular a paixão nacionalista dos americanos «hifenizados» implicaria a diabolização das personalidades que os imigrantes recém-chegados ainda acarinhavam. Ao contrário dos líderes inglês ou francês, o Presidente Wilson não podia mandar o seu povo matar *boches*, precisamente porque muitos americanos eram *bochesa*). Assim, Wilson recorreu a Jefferson em busca de um expediente político e também de alguma filosofia política, optando por retratar o povo alemão como uma vítima do seu governante, da mesma forma que o povo francês, inglês ou belga era uma vítima do militarismo prussiano desenfreado. Woodrow Wilson anunciou então ao mundo que os Estados Unidos da América lutavam contra aquilo que ele designava como «governos autocráticos apoiados por uma força organizada, exclusivamente controlada pela sua vontade e não pela vontade do seu povo». A sua nação não tinha qualquer «contenda com o povo alemão. Não temos para com eles outros sentimentos senão os de simpatia e amizade», porque «o povo alemão está a ser dirigido por homens a quem ele permite que o enganem». A América, disse o Presidente ao Congresso e a um mundo em expectativa, ia, desta forma, lutar «pela sua emancipação [alemã] do medo». Esta era uma luta justa. «Deus a ajude», disse o Presidente, «porque ela não pode fazer outra coisa»<sup>22</sup>.

Para conseguir convencer os seus próprios cidadãos a pegarem em armas contra os antigos compatriotas, Wilson apresentou a sua guerra como uma cruzada contra a tirania e contra o *Kaiser*, e o povo americano rapidamente se uniu em torno das suas palavras. Ao longo da história dos Estados Unidos, muitos esforços têm sido despendidos para retirar ênfase às raízes

**O efeito da personalização: um apontamento sobre a retórica da política externa norte-americana de Thomas Jefferson a George W. Bush** | JEFFREY A. ENGEL

alemães do país durante os anos de guerra. Certas comunidades baniram o alemão do ensino nas escolas públicas, enquanto os cidadãos se organizaram para dar novos nomes a determinados alimentos: as sandes de salsichas tipo Frankfurt foram rebaptizadas como *hot dogs*), os hambúrgueres como *liberty sandwich*), o chucrute como *liberty cabbaged*). Embora verdadeiros, estes artifícios de linguística e culinária encobrem esforços mais sérios que procuraram equacionar o esforço de guerra em função da erradicação da autocracia alemã. Por todo o país, os trabalhadores da indústria dedicaram-se a *des-kaiserizar* os seus locais de trabalho, substituindo, por exemplo, todos os símbolos de autoridade, e até de hierarquia, por filas sucessivas de bandeiras americanas. Por todo o país, a palavra *Kaiser* passou a significar autoridade brutal, levando, por exemplo, os mineiros da região germanófono da Pensilvânia a jurarem fazer «todo o possível» para ganhar a guerra e para «depor o *Kaiser*», por forma a que «a monarquia, a aristocracia e a autocracia fossem para sempre banidas da Terra». Esta declaração coincidia no essencial com o compromisso do Presidente em tornar o mundo «seguro para a democracia», mas, mais do que isso, a linguagem reveladora usada pelos operários da Pensilvânia, que eram quase de certeza de ascendência alemã, mostra-nos que eles tinham assimilado a mensagem de que aquela guerra era um conflito contra um único homem: o *Kaiser* Guilherme II<sup>23</sup>.

Wilson levou a lógica de Jefferson e da paz democrática mais longe do que a geração fundadora alguma vez teria imaginado. Ao fazê-lo, alterou a política externa norte-americana como ninguém até então ou até aos nossos dias. Enquanto os delegados do Congresso Continental procuraram libertar-se da tirania, e os líderes norte-Americanos, de Jefferson a Theodore Roosevelt, sintonizaram o seu país com os movimentos republicanos por todo o mundo, foi Wilson quem lançou a ideia de que o propósito final dos Estados Unidos era emancipar o mundo inteiro da tirania. Uma grande distância fora percorrida desde a famosa frase do secretário de Estado (e depois presidente) John Quincy Adams, dita quase cem anos antes, de que «a América desejava sinceramente a liberdade e a

independência dos outros países», mas era «a campeã e a defensora apenas da sua própria liberdade e independência». Foi Wilson quem transformou o seu país nesse campeão. A Revolução Americana tinha feito «o resto do mundo tomar coragem para ser livre», explicava ele, mas agora estava na altura de o país se dedicar a outro propósito. «Acredito que Deus incutiu em nós a visão da liberdade... que fomos escolhidos para mostrar às nações do mundo o modo como elas hão-de caminhar na senda da liberdade. O direito é mais valioso do que a paz, e lutaremos pelas coisas que sempre acarinhámos: a democracia, o direito de todos aqueles que se encontram submetidos à autoridade terem uma voz activa nos respectivos governos, os direitos e liberdades das pequenas nações, o domínio universal do direito por parte de um concerto de povos livres de modo a trazer paz e segurança a todas as nações e a tornar o mundo finalmente livre»<sup>24</sup>.

Wilson deu várias vezes aos Norte-Americanos a possibilidade de libertarem povos estrangeiros. Nomeou um homem (o *Kaiser*) como inimigo da liberdade; acusou o Governo do *Kaiser* de se ter tornado ilegítimo ao dar seguimento ao plano maléfico do imperador contra os interesses do seu povo; e, mais importante ainda, conseguiu que o povo americano se pusesse ao lado dos súbditos do *Kaiser*, mesmo quando instigava os soldados americanos a matar alemães para libertá-los, e incitava os operários americanos a produzirem ferramentas e armas para o mesmo fim. «O passado e o presente estão envolvidos numa luta mortal» nas trincheiras e nos desolados campos de batalha da Europa, declarou o Presidente, «e os povos da Europa estão a matar-se entre si». Para salvar estas massas inocentes, a América lutou pela «destruição de todos os poderes arbitrários em todo o lado». Este era o mesmo «poder arbitrário» citado pelo nosso temível panfletário no início da década de 1770, um poder não governado por leis, que se curva apenas perante uma minoria ou a uma pessoa. Durante mais de 140 anos este poder foi o inimigo do republicanismo norte-americano, e Woodrow Wilson estava determinado a derrotá-lo de forma inequívoca<sup>25</sup>.

A continuidade entre esta retórica e a experiência americana na Segunda Guerra Mundial, uma guerra que foi mais apresentada como uma cruzada contra Hitler do que como um conflito com o povo alemão, é por de mais evidente. «Eu sei que expressei a consciência e a determinação do povo americano», declarou o Presidente Franklin Roosevelt, «quando digo que faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para esmagar Hitler e as suas forças nazis». É fundamental notarmos que F. D. Roosevelt não jurou esmagar os Alemães, mas tão-só o seu líder despótico e o seu Governo belicista. Roosevelt serviu-se desta construção retórica como base de quase todos os seus pronunciamentos públicos acerca do papel dos Estados Unidos na guerra. Numa comunicação radiofónica à nação em 1942, por exemplo, o Presidente disse ao povo que «em 1938 Hitler ocupou a Áustria – sem aviso prévio. Em 1939 Hitler invadiu a Checoslováquia – sem aviso prévio. Mais tarde, também em 1939, Hitler invadiu a Polónia – sem aviso prévio. Em 1940, Hitler invadiu a Noruega, a Dinamarca, os Países Baixos, a Bélgica e o Luxemburgo – sem aviso prévio». Hitler fez tudo isto, disse F. D. Roosevelt. Os Alemães não eram senão peões manipulados. O «hífen-ismo» era uma questão menos importante nos anos 40 do que tinha sido na geração anterior – pelo menos no que se refere aos euro-Americanos, embora falemos disso mais à frente –, mas Roosevelt aprendeu com Wilson que era muito mais fácil unir os Americanos na luta contra um tirano malévolos do que numa guerra contra outro povo. Lutar contra a tirania era mais apelativo do que bombardear populações civis; ser um cruzado pela liberdade era mais fácil do que ser um destruidor de cidades<sup>26</sup>.

A formulação de Roosevelt funcionava e era omnipresente. Os cartazes de propaganda lembravam aos automobilistas que com o racionamento apertado da gasolina e da borracha, «quando você viaja sozinho, está a viajar ao lado de Hitler». Um outro cartaz dizia simplesmente «agora os nossos lares estão em perigo», uma mensagem que tocava no ponto fulcral de todos os Americanos com uma mentalidade doméstica, especialmente se tivermos em conta a sinistra caricatura de *Der Führer*, sorrateiro, aproximando-se cada vez mais do solo americano. O Ministério da Guerra

instigava os Americanos a comprarem títulos e «obrigações da vitória», a pouparem gás, ou a cultivarem as suas próprias hortas no jardim, tudo para que os cidadãos «ajudem a deter Hitler já!». A retórica do presidente era tão persuasiva que ia ao ponto de penetrar nas mentes dos seus conselheiros mais próximos, a prova definitiva de que não era um mero estratagema para consumo do público. Na noite de 7 de Dezembro de 1941, Harry Hopkins, possivelmente o mais íntimo colaborador de F. D. Roosevelt, confidenciava no seu diário: «Creio que, em última análise, todos nós acreditámos que o inimigo era Hitler, e que ele não podia ser vencido sem o recurso à força das armas». Até no fim do próprio dia do ataque japonês a Pearl Harbor era Adolf Hitler quem estava na cabeça de Hopkins. Hitler, note-se, e não a Alemanha<sup>27</sup>.

### **A última guerra racial da América**

Mas na Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos não lutaram apenas contra Hitler. Também lutaram contra o Japão, e a retórica relativa ao teatro de guerra do Pacífico era muito diferente, embora imensamente instrutiva para a compreensão desta tendência americana para personalizar os inimigos do país. A guerra dos Estados Unidos contra o Japão nunca foi caracterizada como uma guerra contra o seu Governo ou contra os seus líderes. Era, em vez disso, uma guerra racial. Embora seja uma ideia difícil de encarar três gerações depois, é impossível escaparmos a essa conclusão. Enquanto F. D. Roosevelt instigava os Americanos a impedirem que o mundo fosse «dominado por *Hitler* e por *Mussolini*», depois de Pearl Harbor lembrava-lhes que «agora estamos no meio de uma guerra contra o *Japão* [a ênfase é minha]». Esta era a linguagem da guerra dos Estados Unidos na Ásia, uma guerra feita unicamente contra um povo, mais do que contra o seu Governo. Se Roosevelt apelava à solidariedade para com os povos alemão e italiano durante a guerra, um dos seus principais almirantes declarou publicamente que o seu objectivo de guerra era «matar Japoneses, matar Japoneses, matar mais Japoneses». E certamente não estaria sozinho ao fazer esta distinção. Tal como o historiador John Dower demonstrou,



**O efeito da personalização: um apontamento sobre a retórica da política externa norte-americana de Thomas Jefferson a George W. Bush** | JEFFREY A. ENGEL

enquanto os Americanos aceitavam bem a noção de um «bom Alemão» ou de um «bom Italiano», que lutavam corajosamente pelos seus países, mas que infelizmente se encontravam no lado errado da história, os Japoneses eram tratados indiscriminadamente como vermes que era urgente eliminar, como macacos, como bárbaros. O próprio Roosevelt aplicou-lhes os termos de «inumanos» e «depravados», e o presidente da sua Comissão para o Esforço de Guerra achava que o país devia lutar pela rendição nazi, mas que devia continuar a guerra até conseguir o «extermínio total dos Japoneses». Este tipo de linguagem usada pelos líderes máximos dos Estados Unidos depressa foi assimilada pela generalidade da população. Segundo uma sondagem de opinião em Dezembro de 1944, mais de 13 por cento dos inquiridos Norte-Americanos queriam «matar todos os Japoneses» depois da guerra. Quando lhes pediam a opinião acerca do futuro da Alemanha, a opção «matar todos os Alemães» nem sequer era apresentada – estava para além do concebível. De facto, em Setembro de 1945, quase um quarto dos norte-Americanos admitia estar decepcionado pelo facto de a guerra ter acabado antes de o seu país ter conseguido pulverizar mais cidades japonesas<sup>28</sup>.

Este não foi propriamente o episódio mais edificante da história dos Estados Unidos, embora os motivos para esta disparidade entre o discurso retórico e os objectivos de guerra sejam claros: nos anos 40, mais de um quarto da população norte-americana podia reivindicar ascendência alemã ou italiana, mas menos de um por cento era oriundo do Japão. O Presidente Wilson tinha formulado a sua retórica jingoísta com o propósito específico de não antagonizar os germano-americanos, e F. D. Roosevelt seguiu-lhe o exemplo em relação à Europa, mas não teve de enfrentar nenhum dilema deste género para mobilizar o seu povo para combater no Pacífico. Os Japoneses, muito simplesmente, não tinham um aspecto muito «americano», e para tornar esta distinção ainda mais óbvia, ao longo de toda a costa americana do Pacífico, os cidadãos de ascendência nipónica foram retirados à força de suas casas e encarcerados em campos de internamento durante a guerra. Os planificadores militares consideravam que até a terceira e a quarta gerações de nipo-americanos representavam



um risco para a segurança, ao passo que a primeira geração de germano-americanos não o era. O motivo era racismo puro e simples. Segundo o general John L. Dewitt, comandante do programa de internamento de Japoneses, os Alemães e os Italianos podiam ser tratados como pessoas, mas o conceito de cidadania não tinha significado para os asiáticos. «Um Japonês é um Japonês», disse ele, «e não podemos mudá-lo só por lhe darmos um pedaço de papel». Os Japoneses não precisavam de ser libertados dos seus maléficos déspotas. Pelo contrário: eles já eram maus por si só<sup>29</sup>.

### **A Guerra Fria: um wilsonianismo global**

A tendência para personalizar o inimigo teve, assim, uma pausa em relação à Ásia na Segunda Guerra Mundial, embora sirva como exemplo para mostrar o poder da tendência americana para entrar em guerra com governos e não com povos. Esta foi a última guerra racial americana. A Guerra Fria, que se lhe seguiu pouco depois, fez com que Washington definisse os seus aliados e adversários globais mais em função da ideologia do que da identidade racial ou afinidade cultural. Na Coreia, por exemplo, não fazia sentido falar em eliminar o povo coreano quando a América estava em guerra com apenas metade do país. O mesmo poderia ser dito acerca do Vietname. A Guerra Fria tinha a ver com quem estava conosco e quem estava contra nós. Não era acerca de quem se parecia ou não conosco. De acordo com a retórica da época, era uma guerra de povos amantes da liberdade e de democracias empenhadas numa luta global contra governos estrangeiros e os seus agentes conspiratórios, e não contra povos estrangeiros. Era um wilsonianismo global. A famosa Doutrina Truman de 1947 apelou aos Estados Unidos para que ajudassem os «povos livres» em toda a parte contra «governos que se baseavam no terror e na opressão». Tal como Jefferson tinha argumentado 170 anos antes, o povo apenas desejava paz e liberdade, e qualquer esforço para aniquilar essas aspirações seria exclusivamente por culpa dos tiranos, os «homens perversos e manhosos», para usarmos a frase de George Washington<sup>30</sup>.

E, sem dúvida, Harry Truman concordava. A América manifestar-se-ia contra «uma minoria militante, que explora a privação e a miséria humanas» na Grécia, declarou o Presidente, uma vez que «terroristas» sob a aparência de «vários milhares de homens armados, dirigidos por comunistas» ameaçavam o Governo do povo; e o Governo de uma minoria é, por definição, o epítome da governação não democrática. «Queremos ajudar os povos livres a manterem as suas instituições livres e a sua integridade nacional contra movimentos agressores que tentem impor-lhes regimes totalitários», disse Truman. E para conseguir a aprovação do Congresso apresentou os seus argumentos também em termos de segurança dos Estados Unidos. «Isto não é mais do que um reconhecimento sincero de que os regimes totalitários impostos a povos livres, por agressão directa ou indirecta, destroem as fundações da paz internacional e, desse modo, afectam a segurança dos Estados Unidos». De forma semelhante, a Doutrina Eisenhower de 1956 prometia a ajuda americana a qualquer povo que sofresse um «ataque de qualquer país controlado pelo comunismo internacional». Note-se que Eisenhower não prometia a ajuda americana a qualquer povo que fosse atacado por outro, mas sim a qualquer povo livre que fosse agredido pelo despotismo estrangeiro, as pessoas a quem ele chamava, em termos republicanos clássicos, os «sedentos de poder»<sup>31</sup>.

A política interna norte-americana também veio exacerbar a tendência que o país teve durante a Guerra Fria para encarar os seus inimigos como sendo déspotas não representativos da vontade dos seus povos, e não tanto como racial ou etnicamente diferentes. O movimento pelos direitos civis dos anos 50 e 60 fez com que se tornasse deselegante os políticos falarem nos termos raciais que outrora eram bem aceites. Embora seja difícil prová-lo, creio, também, que os americanos que assistiram ao internamento dos seus concidadãos de descendência japonesa durante a guerra e à terrível segregação do Sul, que continuaria no pós-guerra, viram a consequência final do pensamento racial nos campos de concentração nazis, acabando por sentir vergonha pelo que tinham feito. Sentiram também o sofrimento causado pelas imagens de Hiroxima e de Dresden, imagens que devolviam

à América a dura constatação de que as guerras feitas contra a tirania infligiam duras perdas contra as próprias populações que a América se tinha proposto salvar. Os Americanos viram que mesmo nas guerras travadas contra tiranos estrangeiros, as pessoas – pessoas como eles – também sofriam, sobretudo desde que a partir de 1945 o espectro do holocausto nuclear se tornou omnipresente.

Assim, a partir da Segunda Guerra Mundial, os Norte-Americanos passaram cada vez menos a poder justificar as guerras contra povos estrangeiros, não só porque as consequências destas guerras eram cada vez mais duras e a Guerra Fria uma questão ideológica, mas sobretudo porque era raro o país no mundo que não tivesse parentes ou antepassados de cidadãos norte-americanos. Assim, não só vemos críticas populares ao «Tio Joe Stalin» como líder tirânico da Rússia soviética acompanhadas de promessas de solidariedade para com o povo russo oprimido, já para não falar das garantias de ajuda americana prestadas por Truman aos «povos livres» em todo o mundo, mas vemos também o Presidente John Kennedy a designar o líder soviético Nikita Krushev como o principal culpado pela escalada da crise dos mísseis de Cuba. «Faço um apelo ao Sr. Presidente Krushev para que detenha e elimine esta ameaça clandestina, irresponsável e provocadora à paz mundial», declarou Kennedy no auge do conflito, num discurso salpicado de referências ao «Governo soviético», em contraste nítido com os «cidadãos americanos». Talvez já não seja surpreendente que Kennedy tenha terminado a sua comunicação apelando não a Krushev nem a Fidel Castro, mas ao «povo cativo» que eles dirigiam em Cuba. «Falo-vos como amigo», disse Kennedy, enquanto a sua marinha se aproximava da ilha. Eu observei e o povo norte-americano observou com profundo pesar o modo como a vossa revolução nacionalista foi traída, e como a vossa pátria caiu sob o domínio estrangeiro». Os líderes cubanos não passavam pois de «fantoques e de agentes de uma conspiração internacional». Eram antidemocráticos: tinham de ser expulsos. «Muitas vezes na sua história o povo cubano tem-se erguido para expulsar os tiranos que destruíram a sua liberdade», concluiu o Presidente, e quando voltarem a fazê-lo, «Cuba será

novamente bem-vinda à sociedade das nações livres». Se quisermos ser cínicos, este apelo pode ser explicado como um mero expediente de propaganda no decurso de uma crise. Mas ao mesmo tempo estas palavras proporcionavam uma visão de esperança para a oposição cubana e constituíam uma justificação perante o risco que o povo americano assumia em nome da paz mundial. Corria-se um risco para anular um outro<sup>32</sup>.

Os líderes norte-americanos até conseguiram personalizar a sua pior derrota durante a Guerra Fria, quando o Presidente Lyndon Johnson elevou a tendência para identificar os inimigos estrangeiros com os líderes estrangeiros a um nível sem precedentes. Johnson era um político consumado, que dirigia a sua Administração como dirigiu a sua carreira no Congresso, onde as promessas pessoais e os acordos feitos por cima e por baixo da mesa serviram como força motriz para a sua política externa e interna. Para Johnson, mais do que para qualquer um dos seus antecessores, a política era uma questão eminentemente pessoal. «Há apenas uma maneira de um Presidente lidar com o Congresso», confidenciou Lyndon Johnson em privado a Doris Kearns, «é envolvendo-se continuamente, incessantemente e sem interrupções... Ele tem de conhecê-los [aos legisladores] melhor do que eles se conhecem a si mesmos». Neste contexto o pântano que foi o Vietname não era muito diferente de um projecto TVAE) elaborado para o Sudeste Asiático, e Johnson fez do líder vietnamita Ho Chi Minh a chave da sua política externa, e, conseqüentemente, a indisponibilidade do líder vietnamita para negociar com o político texano tornou-se o cerne da sua incapacidade para pôr fim à guerra. «Há quem diga que devíamos soltar os bombardeiros em cima deles», queixava-se Johnson, em Agosto de 1967, «mas eu não posso fazer isso. Há quem diga que devíamos retirar. Mas também não posso fazer isso... Gostava que deixassem de dizer o que o Presidente Johnson devia ou não fazer, e que dedicassem mais tempo a tentar que Ho fizesse alguma coisa». Mais tarde, quando os bombardeamentos se revelaram incapazes de colocar os vietnamitas de joelhos, e apenas pareciam prolongar o sofrimento das populações civis, Johnson anunciou ao mundo que eles

apenas poderiam culpar a intransigência dos seus líderes. «Nós estamos a oferecer-nos para negociar com Ho Chi Minh. Acabaremos com os bombardeamentos se ele iniciar um debate produtivo e sincero»<sup>33</sup>.

Ao usar o plural «nós», Johnson não fez mais do que reforçar a ideia de que falava e agia em nome de um colectivo, em nome do povo americano no seu momento de amizade para com os vietnamitas amantes da paz. O seu adversário, pelo contrário, agia exclusivamente segundo a sua vontade. «Desde 1954, todos os presidentes norte-americanos têm oferecido o seu apoio ao povo do Vietname do Sul», disse Johnson, na sua longa batalha contra os «governantes de Hanói [que] são instigados por Pequim». Esta dinâmica oferecia poucas saídas para a ira de Johnson à medida que a guerra continuava a desgastar a sua presidência. Numa alocução radiofónica nesse mesmo ano, o Presidente exclamou: «Eu posso provar que Ho Chi Minh é um filho da mãe se me deixarem mostrá-lo no ecrã – mas eles [as estações de televisão norte-americanas] querem que o filho da mãe seja eu». E quando a guerra começou a correr bem para Johnson, por extensão, começou a correr muito mal para Ho, a um nível muito pessoal. Por exemplo, depois de os aviões militares norte-americanos terem destruído as instalações navais vietnamitas e os seus depósitos de petróleo em 1964, Johnson recebeu a notícia do êxito militar com este comentário: «Não me limitei a lixar Ho Chi Minh. Cortei-lhe os tomates». Claro está, o efeito de personalização não funcionava nos dois sentidos. Embora tenha personalizado a guerra para dar a entender que o impasse entretanto gerado se devia fundamentalmente à intransigência de Ho, Johnson esforçou-se por rebater as acusações de que era alvo nos Estados Unidos quando no final do seu mandato se começaram a levantar questões relacionadas com o envolvimento americano naquela guerra. «Esta guerra não é a guerra do Johnson», declarou ele em Outubro de 1967. «Esta é uma guerra dos Estados Unidos da América. Se eu morrer amanhã, esta guerra ainda ficará convosco»<sup>34</sup>.

### **Os vilões do pós-Guerra Fria**

Na verdade, o significado da Guerra do Vietname transcendia qualquer homem isolado, e com o tempo até esse conflito chegou ao fim, tal como a Guerra Fria, que estava no seu cerne. Sucede é que o fim da Guerra Fria e o triunfo do capitalismo liberal apenas vieram exacerbar, e até acelerar, a tendência norte-americana para a personalização dos inimigos. O Presidente George H. W. Bush usou esta lógica quando jurou libertar o povo do Panamá do despótico Noriega, e quando se comprometeu a libertar Koweitianos e Iraquianos das garras de Saddam Hussein. De facto, a linguagem da personalização tornou-se um lugar-comum durante a Guerra do Golfo, quando os políticos e os líderes militares de todas as categorias contavam com o ubíquo «ele» para se referirem às forças iraquianas. O «ele» em questão era, claro está, o líder iraquiano. «Hoje, Saddam sofreu uma derrota considerável», disse o secretário de Defesa (e actual vice-presidente) Dick Cheney aos jornalistas no auge do conflito, e que «o nosso objectivo continua a ser o mesmo: libertar o Koweit forçando Saddam Hussein a retirar». E se se pode argumentar que estes termos são pouco mais do que abreviaturas úteis para a comunicação – e, em parte, talvez o caso – adoptadas por políticos durante a mais dura relação de adversários (a guerra), a mensagem codificada nesta linguagem é demasiado importante para ser posta de lado. Ela ajudou a manter a sanidade no conflito. Era melhor imaginar o próprio Hussein ensanguentado arrastando-se de regresso a Bagdad depois de abandonar o Koweit libertado, do que deixar-se levar muito tempo pela imagem mental de que os corpos carbonizados de homens e rapazes do seu exército deixados a apodrecer e em decomposição sob o escaldante sol do deserto eram o preço da liberdade do Koweit<sup>35</sup>.

O actual Presidente Bush adoptou a segurança desta linguagem, a linguagem que o seu pai ajudou a celebrar. Durante a primeira fase da guerra da América contra o terror, o Presidente e a sua Administração falaram consistentemente ao povo afegão, dizendo-lhes que as bombas norte-americanas estavam apontadas apenas aos seus dirigentes ilegítimos,

embora as bombas propriamente ditas não pudessem fazer essa distinção. Afinal de contas, tal como a conselheira de Bush para a Segurança Nacional, Condaleeza Rice, explicou à estação televisiva Al-Jazeera, em Outubro de 2001, «nós preocupamo-nos muito com as populações do Médio Oriente, a população árabe – nós temos um grande número de imigrantes árabes nos Estados Unidos». A América estava em guerra com governos malévolos, afirmou ela, e opunha-se a governos como o dos talibãs ou até o do Iraque, que é um «país que ameaçou os seus vizinhos, e que tem sido prejudicial para a sua própria população». Como Bush e Rice argumentavam, a guerra da América contra o terror visava não só garantir a segurança americana, mas também libertar povos estrangeiros. «Não é uma guerra contra o Islão», disse Rice. «Não é uma guerra contra o povo árabe. É uma guerra contra pessoas más que seriam capazes de atacar» os seus próprios países<sup>36</sup>.

A retórica de guerra da Administração Bush, pelo menos durante os primeiros seis meses de guerra, foi, portanto, puramente wilsoniana, temperada pelas duras lições sobre o ódio racial aprendidas com um custo exorbitante durante a Segunda Guerra Mundial. Agora já percebemos porquê, já que esta retórica torna nitidamente mais fácil desencadear a guerra. Mesmo com a linguagem neutra usada pelos *spin-doctors* da segurança nacional, «degradar» ou «neutralizar» o inimigo ainda é uma acção mais limpa quando, oficialmente, os aviões aliados apenas têm como alvo o poder do ditador, e não o seu povo. De facto, no período do pós-Guerra Fria, os estrategas norte-americanos têm vindo progressivamente a assumir como alvos não só as pessoas que constituem os governos estrangeiros, mas, mais especificamente, as suas infra-estruturas físicas. Ao destruir centrais de energia, pontes e estradas, assim como tanques e aviões inimigos na Sérvia, no Iraque, e agora no Afeganistão, Washington esperou conseguir apresentar uma solução distintamente wilsoniana para os seus problemas – tornar a vida de tal modo miserável para as populações estrangeiras que elas mesmas, com um pequeno empurrão, se ergueriam para se desembaraçarem dos seus líderes despóticos. O objectivo da



**O efeito da personalização: um apontamento sobre a retórica da política externa norte-americana de Thomas Jefferson a George W. Bush** | JEFFREY A. ENGEL

política norte-americana na Sérvia foi a queda de Milosevic levada a cabo pelos próprios Sérvios. O objectivo da guerra no Afeganistão, aparentemente bem-sucedido, era enfraquecer suficientemente os talibãs a ponto de os seus opositores conseguirem tomar o Poder, afastando, assim, o despotismo, a causa inicial da guerra. O objectivo dos actuais esforços, retóricos e clandestinos – e, potencialmente, de futuras lutas – no Iraque é encorajar a oposição interna ao Governo de Saddam Hussein. Na retórica de personalização da política externa dos Estados Unidos, as bombas norte-americanas são meros dispositivos enviados para libertar os povos.

Mas ao colocar-se lado a lado com o povo afegão na oposição ao seu próprio Governo, podemos ver uma manifestação extrema do wilsonianismo. Bush não só afirmou não ter qualquer conflito com o povo afegão, como expressou o desejo – um desejo repentino, mas ainda assim um desejo – de ajudar aquela gente a qualquer custo. Assim, enquanto se bombardeavam os talibãs, Bush ordenou que aviões norte-americanos largassem comida e medicamentos para o povo afegão, na esperança de que esses pacotes humanitários pudessem melhorar a reputação dos Estados Unidos entre os seus destinatários e reduzir o antiamericanismo por toda a Europa e no mundo islâmico em particular. De forma mais visível, Bush também pediu às crianças norte-americanas em idade escolar – os que por virtude da sua idade estão mais afastados da mácula da governação – que mostrassem a sua afinidade para com as crianças do Afeganistão, enviando um dólar das suas mesadas ou das suas poupanças para a Casa Branca para ajudar as vítimas dos bombardeamentos norte-americanos e do terror talibã. «Peço-vos que mostrem o melhor da América», implorou Bush, «ajudando directamente as crianças do Afeganistão, que estão a sofrer devido à opressão e à má governação dos seus dirigentes... é uma coisa que as crianças da América podem fazer pelas crianças do Afeganistão, ao mesmo tempo que nos opomos ao brutal regime talibã»<sup>37</sup>.



## Conclusão

Gostaria de concluir estas observações sobre a retórica da política externa norte-americana com uma importante ressalva, que nos leva ao ponto de partida do ensaio. Apesar de ter concluído rapidamente que Bin Laden era o culpado, não devemos deixar de notar que, na verdade, a Administração Bush dirigiu a maioria das suas declarações feitas depois da guerra menos contra Bin Laden do que contra o regime talibã, que o apoiava e protegia. Depois de terem personalizado a guerra contra o terror usando o rosto do saudita nas primeiras semanas, a Administração começou sistematicamente a retirar-lhe importância, e com boas razões, já que os estrategas políticos de Bush rapidamente se aperceberam que personalizar o inimigo traz vantagens políticas óbvias, embora seja uma tática que possui também os seus inconvenientes. Primeiro, ao sobreidentificarem a ameaça externa com um homem específico, a sua eliminação ou captura poderia dar azo a uma conclusão prematura do conflito. Os líderes norte-americanos sabiam que as notícias da morte ou da captura de Bin Laden, em Outubro ou Novembro de 2001, poderiam ter causado um clamor imediato por parte da população americana no sentido de as tropas regressarem a casa e de se pôr fim a uma guerra em permanente expansão. Isto teria causado um enorme problema à Administração Bush. Bin Laden pode ser o chefe da mais perigosa célula terrorista do mundo, mas, como é óbvio, ele não está sozinho no seu ódio contra a América. Por isso, personalizá-lo como o inimigo envolvia o risco de deitar a perder os esforços dos Estados Unidos contra esta nova ameaça. Assim, desde o final de Outubro até à Primavera de 2002, a Administração Bush enfatizou constantemente o facto de os talibãs e o terrorismo serem os inimigos da América, e de que Bin Laden isolado não constituía uma ameaça para o país. Tal como Bush se esforçou arduamente por explicar, «o sucesso ou o falhanço não dependem de Bin Laden; o sucesso ou o falhanço depende da erradicação do terrorismo. Ele é só uma pessoa, uma parte de uma rede».

Este tacto retórico aliviou o segundo problema significativo decorrente da sobrepersonalização de um conflito de política externa, um problema que

**O efeito da personalização: um apontamento sobre a retórica da política externa norte-americana de Thomas Jefferson a George W. Bush** | JEFFREY A. ENGEL

tem sido visto com demasiada frequência no atol em que a América se encontra por causa do Iraque: o facto de a personalização de uma ameaça externa fazer com que o afastamento do tirano em questão – devido à sua morte ou, pelo menos, devido ao abandono do Poder – seja a condição *sine qua non* da vitória. Os Estados Unidos não conseguem negociar com um líder tantas vezes comparado a Hitler em 1991 (e curiosamente pelo pai do actual Presidente), embora Hussein se mantenha firmemente no Poder ao fim de mais de uma década. A sua presença em Bagdad escarnece a cada dia que passa da suposta vitória da América na Guerra do Golfo. Da mesma forma, ao sobrepersonalizar a guerra contra o terror, a Administração Bush criou uma dinâmica em que, independentemente do êxito dos esforços militares e diplomáticos norte-americanos, não será possível declarar o fim da guerra sem a captura do saudita ou sem provas confirmadas da sua morte. Enquanto o inimigo puder voltar a aparecer, os Norte-Americanos não se sentirão seguros, nem a Administração Bush poderá verdadeiramente proclamar a vitória. A consciencialização desta dinâmica – e da difícil posição em que ela coloca a sua política externa – levou o Presidente a minimizar a importância de Bin Laden, em Março de 2002, ao declarar que «o terror é maior do que uma só pessoa» e que, estivesse onde estivesse, Bin Laden tinha sido «marginalizado» enquanto inimigo da liberdade. «A ideia de se concentrar numa só pessoa é [*sic*] – mostra-me de facto que há pessoas que não compreendem o alcance da missão», continuou o Presidente, embora, se é este o pensamento do povo norte-americano, possivelmente a culpa não é de mais ninguém senão dele próprio. Afinal de contas, foi Bush quem em pouco tempo fez da captura de Bin Laden, «morto ou vivo», a medida da vitória nesta guerra. Tal como a morte de Hitler, o afastamento do *Kaiser* das suas funções, ou, mais recentemente, uma «mudança de regime» retirando Hussein do Poder, tinham sido as bitolas do sucesso de anteriores guerras americanas (e possivelmente de futuras). «Eu estava preocupado com ele, quando ele tinha dominado um país», disse Bush, «estava preocupado pelo facto de ele basicamente dirigir o Afeganistão e de dizer aos talibãs o que fazer». Agora

**O efeito da personalização: um apontamento sobre a retórica da política externa norte-americana de Thomas Jefferson a George W. Bush** | JEFFREY A. ENGEL

que ele foi posto «à margem», concluiu, «já não perco tanto tempo com ele». No entanto, talvez o Presidente proteste demasiado<sup>38</sup>.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> O autor é um Olin Postdoctoral Fellow em Estudos de Segurança Internacional pela Universidade de Yale. Este ensaio foi apresentado pela primeira vez em Novembro de 2001 aos estudantes e à faculdade do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa em Lisboa, a quem o autor gostaria de agradecer pela generosidade, pelos úteis comentários e críticas. Outros agradecimentos vão dirigidos a Katherine Carté Engel, Andrew Preston, Luís Nuno Rodrigues, John Lewis Gaddis, Paul Kennedy, Theodore Bromund, Walter LaFeber, Richard Immerman e Thomas McCormick pelas suas críticas e sugestões, e a Pedro Aires Oliveira pelo seu trabalho editorial.

<sup>2</sup> «Remarks by the President After Two Planes Crash Into World Trade Center», Setembro de 2001. Transcrição fornecida pelo Gabinete da Secretaria de Imprensa [da Casa Branca].

<sup>3</sup> Acerca de «não foi preciso muito tempo», ver Gordon W. Prange, *At Dawn We Slept* (Nova Iorque, Penguin Books, 1981) p. 506.

<sup>4</sup> Acerca de Powell, ver «Interview of Secretary of State On the News Hour with Jim Lehrer», 14 de Setembro de 2001, transcrição fornecida pelo Departamento do Gabinete de Estado dos Assuntos Públicos. Acerca de Powell e Bush, no dia 15 de Setembro, ver «President Urges Readiness and Patience: Remarks by the President, Secretary of State Powell and Attorney General John Ashcroft, Camp David», 15 de Setembro de 2001, Gabinete da Secretaria de Imprensa [da Casa Branca]. Acerca de «morto ou vivo», ver «Guard and Reserves "Define Spirit of America": Remarks by the President to Employees at the Pentagon», 17 de Setembro de 2001, Gabinete da Secretaria de Imprensa.

<sup>5</sup> Acerca de «respeitam o povo», ver «International Campaign Against Terror Grows», 25 de Setembro de 2001, Gabinete da Secretaria de Imprensa. Para «responderemos ao seu ódio», ver «Radio address of the President of the Nation», 13 de Outubro de 2001, Gabinete da Secretaria de Imprensa. Os leitores mais atentos terão reparado que, especialmente nos últimos meses, a Administração Bush tem vindo a distanciar-se da sua equação retórica inicial, que ligava os acontecimentos da guerra com a morte ou a captura de Bin Laden. Os motivos para essa mudança retórica serão discutidos mais à frente.

<sup>6</sup> Acerca de Wilson, ver «War Messages to Congress», *Public Papers of Woodrow Wilson*, I: 6-16. Acerca de Roosevelt, ver a sua «War Resolution for a Declaration of War Against Germany», submetida ao Congresso a 11 de Dezembro de 1941. Acerca de Bush Sr., ver Bruce Russett, *Grasping the Democratic Peace* (Princeton, Princeton University Press, 1993) p. 125. Acerca de Clinton, ver «Remarks by the President to Veterans Groups on Kosovo», Gabinete da Secretaria de Imprensa da Casa Branca, 20 de Maio de 1999. Sandy Berger frisou este aspecto directamente ao povo sérvio, em Julho de 1999, ao afirmar: «A mensagem é muito simples: com Milosevic, vocês [a Sérvia] ficam excluídos do pacto de estabilidade e isolados do resto da Europa. Com um Governo empenhado na democracia, nós estamos preparados para ajudar-vos a entrar no núcleo da Europa». [«War Successes Hollow if Peace Fails», *The Seattle Times*, 13 de Julho de 1999, p. A2].

<sup>7</sup> Acerca de Bush e Noriega, ver transcrição de «Address to the Nation Announcing United States Military Action in Panama», 20 de Dezembro de 1989, disponível na George Bush Presidential Library, Public Papers, <http://bushlibrary.tamu.edu>.

<sup>8</sup> Como Victor David Hanson afirmou recentemente, as guerras persas são vistas como uma rejeição grega da natureza claramente não democrática do reinado de Xerxes. «O exército persa de Salamis não era decadente nem efeminado, mas de facto constituía um universo completamente oposto a quase tudo o que era grego. No fim de contas, não existem pólis a oriente. A Pérsia dos Aqueménidas – tal como a Turquia dos Otomanos ou os Astecas de Moctezuma – era uma enorme sociedade organizada em dois patamares na qual milhões eram governados por autocratas, vigiados por teocratas e coagidos por generais» [*Carnage and Culture* (Nova Iorque: Doubleday, 2001) p. 39]. O papel de Locke na formação da ideologia política dos EUA tem sido o tópico de inúmeros debates históricos. Para uma síntese das tempestades historiográficas sempre presentes em qualquer debate sobre o republicanismo, a melhor fonte continua a ser Daniel T. Rodgers, «Republicanism: The Career of a Concept», *The Journal of American History* 79: 1 (Junho de 1992), pp. 11-38. A obra de Locke *Two Treatises of Government*, ed. Peter Laslett (Nova Iorque, Cambridge University Press, 1988), é a fonte primordial para compreendermos a sua influência nos pensadores norte-americanos, uma influência crucial segundo a interpretação das origens políticas liberais da América feita por Louis Hartz, *The Liberal Tradition in America* (Nova Iorque, Harcourt Brace, 1955).

<sup>9</sup> A literatura sobre o republicanismo é vasta e, por vezes, profundamente contraditória. O meu entendimento acerca do tema é o resultado de uma fusão pessoal das grandes escolas de pensamento, cuja melhor descrição se encontra no artigo de Rodgers supracitado. Embora a lista que se segue não pretenda ser, de forma alguma, exaustiva, também me baseei abundantemente em Bernard Baylin, *The Ideological Origins of the American Revolution* (Cambridge, Harvard University Press, 1992); Robert Kelley, «Ideology and Political Culture from Jefferson to Nixon», *American Historical Review*, 1977, 82(3), pp. 531-562; Gordon S. Wood, *The Creation of The American Republic, 1776-1787* (Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1969); J. G. A. Pocock, «Virtue and Commerce in the Eighteenth Century», *Journal of Interdisciplinary History*, 1972, 3(1) pp. 119-134 [trata-se de uma versão mais digerível do muito citado, mas pouco lido, Pocock, *The Machiavellian Moment* (Princeton, Princeton University Press, 1975)]; Ruth H. Block, «The Gendered Meanings of Virtue in Revolutionary America», *Signs* 1987, 13(1): 37-58; e James T. Kloppenberg, «The Virtues of Liberalism: Christianity, Republicanism and Ethics in Early American Political Discourse», *Journal of American History* 74:1 (June 1987), pp. 9-33. Joyce Appleby, *Capitalism and a New Social Order* (Nova Iorque, New York University Press, 1984) oferece-nos a melhor perspectiva diferente sobre a importância da ideologia republicana. Esta noção de poder abusivo está de tal modo difundida no seio da sociedade norte-americana que até permeia as letras de canções de músicos *rock*, como Bruce Springsteen, cujo tema *The Badlands* (1977) contém os versos «O pobre quer ser rico; o rico quer ser rei; mas o rei só se satisfaz quando mandar em tudo» («Poor man wants to be rich; rich man wants to be king; but the king ain't satisfied till he rules everything»).

<sup>10</sup> Bailyn, *Ideological Origins*, p. 124. Tal como Bailyn explicou no tocante a estes conluícos conspiratórios, «Nenhum receio, nenhuma acusação foi mais comum na história da política da oposição da Inglaterra do século XVIII; nenhum outro era mais familiar aos Norte-Americanos, cuja consciência política se tinha formado com base na literatura da política inglesa», p. 126.

<sup>11</sup> Acerca de Jefferson e *A Summary View*, ver Joseph J. Ellis, *American Sphinx* (Nova Iorque, Knopf, 1997), pp. 29-36; e Pauline Maier, *American Scripture: Making the Declaration of Independence* (Nova Iorque, Knopf, 1997), especialmente as pp. 110-115.

<sup>12</sup> Acerca de Jefferson e da Declaração de Independência, ver Pauline Maier, *American Scripture*; e Garry Willis, *Inventing America: Jefferson's Declaration of Independence* (Garden City, Doubleday, 1978). A obra de Maier oferece-nos uma comparação ponto por ponto entre o rascunho original de Jefferson e o documento que acabou por ser aceite pelo Congresso Continental. Um dos primeiros rascunhos da Declaração até oferecia aos mosquetes americanos um alvo que não era inglês nem real, já que de início Jefferson punia Jorge III por enviar «não só soldados do nosso próprio sangue, mas também escoceses e mercenários estrangeiros para nos invadir e destruir». Para evitar que os Norte-Americanos deixassem de poder entrar em Edimburgo até aos nossos dias, o Congresso Continental acabou por excluir esta acusação especificamente étnica de Jefferson da versão final do texto. V. Kevin Phillips, *The Cousins' Wars: Religion Politics and the Triumph of Anglo-America* (Nova Iorque, Basic Books, 1999), p. 206.

<sup>13</sup> *Ibidem*

<sup>14</sup> Maier, *ob. cit.*, p. 132.

<sup>15</sup> Acerca de Clinton, ver John Owen, «How Liberalism Produces Democratic Peace», *International Security*, 19:2 (Outono 1994), p. 87. O livro seminal sobre o debate actual acerca da teoria da paz democrática continua a ser a já citada obra de Bruce Russett, *Grasping Democratic Peace*. Ver também Owen (acima) pp. 87-125; David E. Spiro, «The Significance of the Liberal Peace», *International Security* 19:2 (Outono, 1994), pp. 50-86; Bruce Russett, Christopher Layne, David E. Spiro, Michael W. Doyle, «Correspondence: The Democratic Peace», *International Security*, 19:4 (Primavera, 1995), pp. 164-184; e Wade L. Huntley, «Kant's Third Image: Systemic Resources of the Liberal Peace», *International Studies Quarterly*, 40:1 (Março, 1996), pp. 45-76. Neta C. Crawford, «A Security Regime Among Democracies: Cooperation Among Iroquois Nations», *International Organization*, 48:3 (Verão, 1994), pp. 345-385 aplica esta conjuntura a um lugar diferente e a uma época anterior, tal como Spencer Weart, «Peace Among Democratic and Oligarchic Republics», *Journal of Peace Research*, 21: 3, pp. 299-316, que faz o mesmo para o período helénico, ao passo que Alan Gilbert, «Must Global Politics Constrain Democracy», *Political Theory* 20:1 (Fevereiro, 1992), pp. 8-37, examina as restrições do Governo republicano na política externa.

<sup>16</sup> John Jay, Alexander Hamilton e James Madison, *The Federalist Papers* (Nova Iorque, Mentor Books, 1961), p. 46. Há que notar que posteriormente, no *Federalist* n.º 6, Hamilton censura a natureza pacífica das repúblicas, usando a guerra do Peloponeso como o seu exemplo principal (p. 57). Hamilton argumenta que «tem havido, se assim se pode dizer, quase tantas guerras populares como reais» [p. 58], embora seja importante fazer ver que na sua refutação da ideia da paz republicana, Hamilton não faz qualquer esforço por explicar primeiro a teoria. Presume que os seus leitores já estariam familiarizados com a teoria, o que fornece uma prova suplementar da prevalência (se não da veracidade) desta teoria no final do século XVIII. Immanuel Kant, *Perpetual Peace and Other Essays* (Indianapolis, Hackett Publishing, 1983). Acerca de Kant neste contexto, ver Christopher Layne, «Kant or Cant: the Myth of the Democratic Peace», *International Security*, 19: 2. (Outono, 1994), pp. 5-49; James Bohman e Matthias Lutz-Bachmann, *Perpetual Peace: Essays on Kant's Cosmopolitan Ideal* (Cambridge, MIT Press, 1997); e especialmente Jürgen Habermas, «Kant's Ideal of Perpetual Peace, with the Benefit



of Two Hundred Years' Hindsight», pp. 113-154; e Thomas McCarthy «On the Idea of a Reasonable Law of People», pp. 201-218.

<sup>17</sup> Acerca de Jefferson e de «Tenho tanta confiança», ver Michael H. Hunt, *Ideology and U. S. Foreign Policy* (New Haven, Yale University Press, 1987), p. 98. Acerca de Washington ver *ibidem*, p. 99. Acerca da «tirania sangrenta de Robespierre», *ibidem*, p. 99.

<sup>18</sup> Acerca da «aliança de reis», ver Charles M. Wiltse, «Thomas Jefferson on the Law of Nations», *American Journal of International Law*, 29:1 (Janeiro, 1935), p. 79. Acerca de «a guerra... é só o último recurso», ver Owen, p. 92. A literatura sobre o Destino Manifesto é numerosa, mas pareceu-me que os seguintes trabalhos eram particularmente instrutivos: R. W. Van Alstyne, *The Rising of American Republic* (Nova Iorque, Oxford University Press, 1960); Reginald Horsman, *Race and Manifest Destiny* (Cambridge, Harvard University Press, 1981); e Norman Graebner, *Empire on the Pacific* (Santa Barbara, ABC-Clio, 1983). Acerca dos objectivos populares da guerra e da Guerra Civil, ver James McPherson, *What They Fought For* (Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1994) e o seu mais extenso *For Cause and Comrades: Why Men Fought in the Civil War* (Nova Iorque, Oxford University Press, 1997).

<sup>19</sup> Acerca de Theodore Roosevelt, ver Hunt, *Ideology and US Foreign Policy*, p. 112. Acerca de Wilson, ver Michael Hunt, *The Making of a Special Relationship: the United States and China to 1914* (Nova Iorque, Columbia University Press, 1983), p. 218.

<sup>20</sup> «War Message to Congress», *Public Papers of Woodrow Wilson*, I 6:16.

<sup>21</sup> Sobre o «hifen-ismo», e para uma curta introdução aos padrões de imigração norte-americanos no início da década de 1900, a fonte mais acessível é John Higham, *Strangers in the Land* (Nova Iorque, Atheneum, 1970), especialmente nas pp. 194-263. Acerca de Wilson, *ibidem*, p. 200. A literatura sobre a diplomacia de Wilson durante a guerra é bastante extensa, e por vezes contraditória. Embora, a meu ver, nenhum autor investigue em profundidade todas as implicações da retórica de guerra de Wilson acerca do povo alemão e do *Kaiser*, vários autores fazem alusões de passagem a este assunto. Na verdade, estou em dívida para com o Professor John Cooper, por me ter apresentado este exemplo em conversas. Ver, por exemplo, Arthur S. Link, *Wilson, the Diplomatist* (Chicago, Quadrangle Books, 1957), pp. 98-99, e N. Gordon Levin, Jr., *Woodrow Wilson and World Politics* (Nova Iorque, Oxford University Press, 1968), pp. 43-44.

<sup>22</sup> O Governo britânico em funções durante a Primeira Guerra Mundial fornece-nos o melhor exemplo de que o efeito de personalização não é um fenómeno exclusivamente norte-americano: inicialmente, o Governo de Asquith apresentava como objectivos de guerra (num discurso do primeiro-ministro proferido a 9 de Novembro de 1914) a restauração da soberania belga, a garantia da segurança francesa e o fim do militarismo prussiano. Este último objectivo raramente veio a ser mencionado posteriormente. De facto, em Dezembro de 1914, o subsecretário permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico declarou que a guerra continuaria «até que os Alemães sofressem uma derrota muito mais pesada». Não há nada de incorrecto acerca desta afirmação, embora o leitor deva ter em conta que seria menos provável um político norte-americano declarar os seus objectivos de guerra em termos de derrota dos «Alemães» do que em termos de derrota do *Kaiser*. Ver V. H. Rothwell, *British War Aims and Peace Diplomacy, 1914-1918* (Oxford, Clarendon Press, 1971).

<sup>23</sup> Higham, *ibidem*. Acerca da *deskaiserização*, ver Joseph A McCartin, *Labor's Great War* (Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1997), especialmente as pp. 94-120. Acerca da difusão da retórica de guerra de Wilson, ver James R. Mock e Cedric

---

Larson, *Words that Won the War* (Princeton, Princeton University Press, 1939) e David Kennedy, *Over Here: The First World War and American Society* (Nova Iorque, Oxford University Press, 1980).

<sup>24</sup> Acerca de Adams, ver Walter LaFeber, *The American Age* (Nova Iorque, Norton, 1994), pp. 82-83. Acerca de Wilson, ver «War Messages to Congress», *Public Papers of Woodrow Wilson*, I: 6-16.

<sup>25</sup> Acerca de «passado e presente», ver Walter McDougall, *Promised Land, Crusader State: America's Encounter with the World Since 1776* (Nova Iorque, Houghton Mifflin, 1977), p. 138. Os esforços de Wilson para alinhar a sua estratégia diplomática e a do seu país com a de governos estrangeiros deparou com dificuldades significativas a partir do momento em que o Presidente aplicou esta lógica às relações com os aliados dos Estados Unidos. Em diversas ocasiões, Wilson acreditou que a sua popularidade – acompanhada pela sua habilidade única para colocar as justas necessidades do povo, de qualquer povo, acima das definições políticas do seu Governo – justificava os apelos directos aos seus constituintes. Por exemplo, em Abril de 1919 redigiu (e chegou a publicar) um «Manifesto ao Povo Italiano» apelando à ajuda dos Italianos para forçar uma tomada de posição diplomática do Governo de Orlando em relação ao futuro do Fiume. A mensagem foi mal recebida. O povo italiano defendeu o seu Governo, e, como Lloyd George apontou, «os ministros italianos viram a publicação da declaração do Presidente Wilson como uma ofensa à sua dignidade e como uma ofensa à boa camaradagem». Ver Arthur Walworth, *Wilson and his Peacemakers* (Nova Iorque, Norton, 1986), pp. 343-347.

<sup>26</sup> Acerca de «consciência e determinação», ver Robert Dalleck, *Franklin D. Roosevelt and American Foreign Policy, 1932-1945* (Nova Iorque, Oxford University Press, 1995), p. 287. Acerca da cronologia de Hitler, ver *Address of the President*, Dezembro de 1941.

<sup>27</sup> Acerca de Hopkins, ver Patrick J. Hearden, *Roosevelt Confronts Hitler: America's Entry in World War II* (DeKalb, Northern Illinois University Press, 1987), p. 221. O acesso à enorme gama de cartazes de propaganda da Segunda Guerra Mundial é muito facilitado por Stacey Brendhoff, *Powers of Persuasion: Poster Art During World War II* (Washington, D. C., National Archives, 1994). Para uma comparação com os cartazes britânicos, ver John D. Cantwell, *Images of War: British Posters 1939-1945* (London, Public Record Office, HMSO, 1989).

<sup>28</sup> Acerca de Franklin D. Roosevelt, ver «Addresses of the President», 9 de Dezembro de 1941. John Dower, *War Without Mercy* (Nova Iorque, Pantheon Books, 1986). Acerca de «bom alemão», ver Dower, p. 86. Acerca de «inumanos» ver *ibidem*, p. 49, e para «matar japoneses», dados da sondagem, e «extermínio», pp. 54-55. A representação visual dos Japoneses na propaganda americana durante a guerra apenas reforçou a caracterização de símios/sub-humanos tão prevalecente durante este período. Com efeito, as imagens apresentavam frequentemente Hitler (a pessoa) lado a lado com um «japonês» estilizado, reforçando a natureza racial da guerra no Pacífico, em que a identificação de grupo substituiu a personalização do teatro de guerra europeu. Podem ver-se alguns exemplos em Dower, pp. 181-190.

<sup>29</sup> Acerca de Dewitt, ver *ibidem*, p. 80.

<sup>30</sup> Acerca de Truman, ver *Public Papers of the Presidents of the United States, Harry S. Truman, 1947* (Washington D.C.: U. S. Government Printing Office, 1963), pp. 176-180.

<sup>31</sup> Acerca de Truman, *ibidem*. Acerca de Eisenhower, ver La Feber, p. 565.

<sup>32</sup> Acerca de J. F. Kennedy ver *Department of State Bulletin*, XLVII (12 de Novembro de 1962), pp. 715-720.

<sup>33</sup> Acerca de «uma maneira», ver Robert Dallek, *Flawed Giant: Lyndon Johnson and his Times* (Nova Iorque, Oxford University Press, 1998), p. 65. Acerca de «há quem diga», ver Larry Berman, *Lyndon Johnson's War* (Nova Iorque, W. W. Norton, 1989), p. 183. Acerca de «Acabaremos com os bombardeamentos», ver Dallek, p. 481. A ironia da ênfase pessoal de Johnson em relação a negociar directamente com Ho centra-se no facto de, segundo o historiador William J. Duiker, nesta altura o líder vietnamita se encontrar já consideravelmente marginalizado pelo seu próprio *politburo*. Veja-se o livro convenientemente intitulado *Ho Chi Minh* (Nova Iorque, Hyperion, 2000), especialmente as pp. 462-562.

<sup>34</sup> Acerca de «governantes em Hanoi», ver *Public Papers of the Presidents, Lyndon B. Johnson, 1965* (Washington D. C.: U.S. Government Printing Office, 1966), pp. 394-395. No respeitante aos

órgãos genitais de Ho Chi Minh, ver Michael H. Hunt *Lyndon Johnson's War* (Nova Iorque, Hill and Wang, 1996), p. 85. Acerca da «guerra do Johnson», ver Berman, sobrecapa. A recusa de Johnson em aceitar a responsabilidade pessoal pela guerra apresenta um nítido contraste em relação a Wilson. Embora fosse pouco provável que este último gostasse que alguém se referisse à Primeira Guerra Mundial como «A guerra do Sr. Wilson», o próprio Wilson não deixava de assumir que o poder de que foi investido pela aclamação popular lhe conferia um peso moral acompanhado de responsabilidade, que rivalizava com o Governo dos autocratas que ele tanto desprezava. «Tenho a certeza de exprimir o pensamento e os desejos do povo americano», disse ele, sugerindo que se o governo do povo é a voz de Deus, então ele estava pessoalmente preparado para ser a boca do Divino. Esta ligação divina foi captada pelo embaixador britânico nos Estados Unidos, Spring Rice, que numa carta que escreveu para casa dizia que o Presidente «não consulta ninguém e ninguém sabe o que ele vai fazer a seguir. Ele acredita que Deus o enviou à Terra para fazer algo, e que Deus sabe o que é» (McDougall, p. 130).

<sup>35</sup> Para os breves apontamentos sobre a Guerra do Golfo, ver Russett, pp. 125-126, e Carol Cohn, «Wars, Wimps and Women: Talking Gender and Thinking War», in Miriam Cooke and Angela Woollacott, eds. *Gendering War Talk* (Princeton, Princeton University Press, 1993), especialmente as pp. 239-242. Enquanto eu considero mais significativo que se referissem às unidades iraquianas como «ele», um pronome singular que se refere a Hussein, Cohn incide mais sobre a masculinidade do termo.

<sup>36</sup> «Interview of National Security Advisor Condaleeza Rice by TV Al-Jazeera», 16 de Outubro de 2001, Gabinete da Secretaria de Imprensa [da Casa Branca].

<sup>37</sup> «Radio Address of the President to the Nation», 13 de Outubro de 2001, Gabinete da Secretaria de Imprensa.

<sup>38</sup> Acerca de «à margem», veja-se «President Bush Holds Press Conference», Secretaria do Gabinete de Imprensa da Casa Branca, 13 de Março de 2002. Claro que aqui a grande ironia reside no seguinte facto: apesar dos esforços de Bush para afastar Bin Laden dos objectivos de guerra dos Estados Unidos, o saudita é realmente culpado pelos terríveis crimes de 11 de Setembro. Quer esteja marginalizado ou não, quer seja o cerne dos esforços de guerra ou quer seja apenas um elemento lateral, ele é de facto culpado, e os esforços da Administração para minimizar o seu papel no actual conflito implicam o risco de se esquecer esse terrível facto. A definição cronológica da despersonalização da guerra contra o terror é importante, porque enquanto Bush se esforçou grandemente para retirar importância a Bin Laden, em Março de 2002, o seu secretário de Defesa, que tem a sua confiança, foi repreendido por ter feito praticamente a mesma coisa, mas com uns meses de antecedência. Em Outubro de 2001, o secretário Donald Rumsfeld advertiu um grupo de editores de jornais de que os Estados Unidos poderiam nunca



encontrar Bin Laden. O Afeganistão era um vasto território e Bin Laden era apenas um homem, e por isso era importante que o povo norte-americano não identificasse demasiado a ameaça externa exclusivamente com o saudita, para evitar que se perdesse a perspectiva global dos acontecimentos. Assim que a notícia das suas declarações chegou à imprensa, o secretário foi imediatamente chamado à Sala Oval e admoestado pelos seus comentários e pela sua atitude aparentemente derrotista por um irado Presidente Bush. Foi obrigado a retirar os seus comentários e a admitir que, «de vez em quando, acho que as coisas não me saem exactamente da maneira mais correcta». No entanto, alguns meses mais tarde, o que Rumsfeld dissera tornava-se a política oficial. Ver «My Goal is to Stop Terrorism», *Full text of Interview with Defense Secretary Donald Rumsfeld*, 24 de Outubro de 2001, *USA Today*.

- a) «War Message to Congress», *Public Papers of Woodrow Wilson*, I: 6-16.
- b) *Hot dog* – cachorro-quente (Nota do Tradutor).
- c) *Liberty sandwich* – «sandes da liberdade» (Nota do Tradutor).
- d) *Liberty cabbage* – «couve da liberdade» (Nota do Tradutor).
- e) Sigla de Tennessee Valley Authority: um ambicioso e bem sucedido plano de electrificação das áreas rurais do Sul dos Estados Unidos que simbolizou o espírito progressista do *New Deal* do Presidente Roosevelt. Johnson assistiu de perto ao seu arranque e execução e alguns autores argumentam que era sua intenção proporcionar os mesmos benefícios materiais ao povo vietnamita, na esperança de que um nível de vida mais desafogado os aproximasse do ideal democrático.